

**Desfazendo o “natural”:
a heterossexualidade compulsória
e o *continuum* lésbiano**

*Undoing the “natural”:
the compulsory heterosexuality
and the lesbian continuum*

Tânia Navarro Swain

*Professora do Departamento de História da UnB
Doutora em História pela Sorbonne/Paris III
anahita@terra.com.br*

2

Resumo

Adrienne Rich, poeta americana e feminista, criou duas categorias incontornáveis para a análise feminista contemporânea, desvirtuando a naturalização das relações sociais: heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. Adrienne Rich acrescenta que a heterossexualidade também é política: política na naturalização dos seres, política na exclusão e no confinamento de um feminino, construído como oposto, complemento do masculino, inferior, porém, já que “diferente”. O fundamental, porém, explicitado por Adrienne Rich é que a heterossexualidade é instituição política, sistema de dominação e construção de valores diferenciados ao se representar mulheres e homens.

Palavras-chave: Continuum lesbiano. Heterossexualidade compulsória. Instituição política.

Abstract

Adrienne Rich, american poet and feminist, created two unavoidable categories for the contemporary feminist analysis, misinterpreting the naturalization of social relations: compulsory heterosexuality and lesbian continuum. Adrienne Rich introduces heterosexuality as a political issue: it is political on beings' naturalization, it is political on female exclusion and containment, which was constructed as the opposite, the male complement, less than male, though, since it's "different". The most important, nonetheless, presented by Adrienne Rich is that the heterosexuality is a political institution, a domination system and a construction of distinguished values when it represents women and men.

Keywords: Lesbian continuum. Compulsory heterosexuality. Political institution.

Adrienne Rich, poeta americana e feminista, criou duas categorias incontornáveis para a análise feminista contemporânea – heterossexualidade compulsória e *continuum* lesbiano –, desconstruindo a naturalização das relações sociais. Acredito ser necessário frisar que a heterossexualidade compulsória é uma categoria de análise e que nada tem a ver com qualquer proselitismo em relação à homossexualidade, como alguns tendem a considerar.

É assim que frases que hoje parecem fazer parte do senso comum, tais como “o privado é político” ou “o pessoal é político”, foram marcos na epistemologia feminista, na medida em que indicavam a força instituidora das representações e imagens que constroem os papéis sexuais.

Rich acrescenta a esses aforismos que a heterossexualidade também é política, isto é, política na naturalização dos seres na exclusão e no confinamento de um feminino construído como oposto e complemento do masculino. Inferior, porém, já que “diferente”. “Diferença de sexos” é uma categoria fundadora da heterossexualidade compulsória, carregando a ideia de que os corpos sexuais são determinantes do papel e *status* no social e de que a “natureza” define a importância dos seres humanos de acordo com a sua biologia. A diferença dos sexos é, portanto, também política, na medida em que sela a desigualdade no social.

A heterossexualidade é, da mesma forma, politicamente compulsória, o que significa um intenso processo de convencimento cultural em políticas familiares e educacionais ou a imposição pela coerção de normas de submissão e devoção ao masculino, construindo-o de forma imperiosa como definidor da divisão de trabalho, remuneração e importância social.

Fazendo do espaço público e dos direitos de cidadania um domínio reservado no patriarcado, no qual os homens têm primazia, determinou-se que o “privado” era sinônimo de doméstico, de familiar. Com isso, eles detinham autoridade e posse sobre mulheres e crianças. É assim que no âmbito da linguagem percebe-se que os qualificativos referem-se aos homens, enquanto as mulheres são apenas mulheres. “Adultos e mulheres”, “trabalhadores e mulheres”, “jovens e mulheres” são a expressão desse humano binário, definido em *referente* (masculino) e *diferente* (feminino): o primeiro, universal; o segundo, definido por sua especificidade – seu corpo –, sua capacidade reprodutiva, e apenas por esta.

Nota-se assim que a heterossexualidade faz parte desse construto e é dele fundadora, já que assegura a posse do corpo, da mão de obra e da produção executada pelas mulheres. Já que a categoria “mulher” adquire materialidade e sentido a partir de uma função reprodutora, ligada

intrinsecamente a seu corpo e sexo, passa a ela reduzir-se. Cumpre essa função na relação heterossexual, que é, portanto, pedra fundamental do sistema de dominação das mulheres pelos homens e de sua exclusão sistemática do domínio “público”.

A heterossexualidade compulsória é, assim, uma instituição política com todas as variáveis que isso implica, na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral, nas esferas administrativas das empresas públicas e privadas, no governo e nas relações sociais de modo geral, em que o masculino é mais valorizado do que o feminino.

Assim, relegando as mulheres a um destino biológico de “matriz” a ser fecundada, os homens reservam para si o papel de agente da sexualidade e da reprodução, relação perpetuada na heterossexualidade compulsória. Se em certas sociedades numerosas a relação heterossexual é determinada pela força, como o casamento forçado ou a venda de meninas e mulheres; em outras, como as ocidentais, a heterossexualidade torna-se compulsória pelas estratégias culturais, que deslizam e impregnam-se pelos veios educacionais, formais e informais.

Rich aponta para os meios de convencimento e de reiteração do que chama a “ideologia do amor heterossexual”, repetida nos contos de fada, na televisão, no cinema, na propaganda, nas canções populares, nas cerimônias nupciais etc. Essa “ideologia do amor” reconstrói-se assim, incessantemente. Nesse sentido, De Lauretis (1987) denomina esses meios de convencimento de “tecnologias do gênero”, ou seja, aquelas que transformam corpos sexuados em “femininos”.

Em alguns textos, tenho desenvolvido a noção de “dispositivo amoroso”, apropriando-me da categoria “dispositivo”, elaborada por Foucault. Para ele, o dispositivo consiste

[...] no nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subjacente sobre a qual se exerceriam ações difíceis, mas a grande rede de superfície onde a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências se encadeariam uns com os outros segundo grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1976, p. 139).

Se esse autor desenvolve a ideia de um dispositivo da sexualidade, geral, acentuando a família como lócus de sua produção específica, acredito que

podemos pensar nesse dispositivo como gerador específico do masculino, cujo sexo seria não apenas o epicentro da sexualidade humana, em torno da qual tudo o mais revolve, mas também a própria expressão da sexualidade. Entenda-se esta última como heterossexualidade, enquanto norma, e sexualidades múltiplas como variáveis, mais ou menos visíveis, mais ou menos aceitáveis.

Nesse mesmo eixo, o corpo das mulheres é intensamente sexualizado, porém como objeto e não como sujeito da ação. Assim, “a mulher”, no singular, aponta para um coletivo que apaga as individualidades; “mulheres”, por outro lado, apresenta a conotação de inferioridade –, por exemplo, “mulheres e crianças”, “adultos e mulheres”. São compreendidas ainda como corpos desfrutáveis, mercadorias à disposição, receptáculos sexuais – “mulheres e bebidas”, por exemplo, “feitas para isso” tal como o são para procriar.

Por outro lado, voltando à noção de dispositivo, o feminino é moldado em termos de um *dispositivo amoroso*, com a mesma amplitude e força contidas na significação dada por Foucault à categoria dispositivo. Enquanto mecanismo de construção do humano, o dispositivo amoroso institui o feminino, dotado de um destino biológico que ordena, no imaginário social, que seu corpo sexuado se volte incontornavelmente para outrem, para o cuidado, para o dom e, sobretudo, para a necessidade do “amor”, vórtice da relação heterossexual para as mulheres. Nesse feminino “diferente” do masculino, não apenas a procriação, mas também a maternidade, que contém um sentido cultural específico à reprodução, são o objetivo maior. A maternidade compõe, dessa forma, a “natureza” feminina, completada pela companhia de um homem, que dá a essas mulheres presença, existência, força, vida e *status*.

A naturalização da heterossexualidade é parte das estratégias e da produção do saber na construção do feminino no dispositivo amoroso. De fato, edificados e representados pelo e no discurso amoroso, os excessos cometidos na relação heterossexual aparecem como “naturais”, e aí estão as raízes do perdão, da aceitação e do assujeitamento a situações inenarráveis de abuso e de violência física e psicológica.

Nada mais privado que o pessoal, e é assim que as violências domésticas adquiriram foros de banalidade e aceitação social. “Entre marido e mulher não se mete a colher”: ditado que tantas vezes impediu a intervenção de vizinhas e amigas em casos de violência conjugal.

A virgindade e as diferentes formas de apropriação do corpo e da consciência das mulheres exprimem este destino sexuado: é a relação sexual e afetiva com um homem que as faz penetrar no social e no político. Caso duas ou mais mulheres estejam “sozinhas” ou “desacompanhadas”, a esterilidade é

motivo de repúdio ou de depressão para essas mulheres. Se não cumprem seu destino biológico, não são “verdadeiras mulheres”, da mesma forma que não o são se não tiverem um homem a seu lado. De fato, na heterossexualidade, tudo se passa em torno das necessidades masculinas. Nesse sentido, o processo de convencimento das mulheres é a pedra de toque do patriarcado.

Aí estão também a naturalização da prostituição e a mercantilização das mulheres, reduzidas a orifícios, afinal a relação sexual não é uma “necessidade” masculina? Acredito que prostituição e estupro se equivalem, pois nessas formas de sexo e sexualidade se realiza de forma paroxística a apropriação das mulheres, em seu coletivo e em sua singularidade.

As mulheres são, assim, através das pedagogias sociais múltiplas, persuadidas e inseridas em redes representacionais que lhes conferem sentido social apenas ao realizarem seu “destino de mulher”: a procriação em uma relação afetiva e socioeconômica com um homem, uma relação que se baseia e funciona a partir do sexo e da sexualidade reprodutiva, ou seja, da heterossexualidade compulsória.

Muitas também se deixam persuadir de que a degradante venda de seus corpos é uma atividade “natural”, até mesmo uma “profissão”. Nenhuma, entretanto, consegue afastar os eflúvios mal odorantes, o suor, o gosto, os cheiros, o contato de peles estranhas, de hálitos pútridos, de mãos rudes e violentas que as tocam e delas usufruem. Nenhuma profissão pode admitir tal degradação, mas aqui temos mulheres satisfazendo homens, e isso é “natural”.

O compulsório “natural” da heterossexualidade, dessa maneira, abre espaço para todas as violências, transformando seres humanos em corpos sexuados: os disponíveis (o feminino) para outrem (o masculino). É assim que o Ministério do Trabalho divulga o manual da “boa prostituta”, um insulto a todas as mulheres brasileiras. O Ministério reconhece que as mulheres prostituídas “no exercício de algumas das atividades podem estar expostas a intempéries e discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, maus-tratos, violência de rua e morte”. Excelente “profissão”¹.

Nesse sentido, Rich comenta o temor maior do patriarcado: que as mulheres sejam ou se tornem totalmente indiferentes aos homens, os quais, de necessários, passem a ser contingentes. Ou seja, que elas não aceitem como incontornável a heterossexualidade.

¹ Esse manual de boas maneiras das mulheres prostituídas pode ser encontrado no site: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaRecursosTrabalho.jsf>>.

Com esta categoria, *heterossexualidade compulsória*, a autora expõe o poder embutido na identificação estreita entre sobrevivência da espécie, meio de fecundação, relações emocionais e relações eróticas. Nesse mesmo sentido, Ingraham (1996) propõe o uso de “heterogênero”, em lugar de “gênero” apenas, pois essa denominação desmistifica a construção social de corpos sexuados em um sistema político específico, o do patriarcado. Seu fundamento são a heterossexualidade compulsória e a sujeição/construção de mulheres como especificidade do humano, arquitetada em corpo e ventre, cujos objetivos são o prazer e a reprodução dos homens.

Rich lamenta o pouco esforço feito mesmo pelos movimentos feministas para nomear e expor as forças sociais que apontam a heterossexualidade como um caminho inexorável para um humano inteligível, com táticas que vão desde a escravização física e literal até “o disfarce e as distorções das opções possíveis”.

De fato, uma obtusa crença religiosa ou “científica” faz do humano um ser teleológico, cujo único objetivo seria a sobrevivência da espécie, ou seja, uma cega busca animal de reprodução. Esquecendo, é claro, de explicitar os meandros do poder contidos nesse esquema, as tramas de um imaginário que desenha seres destituídos de razão, força e capacidades em prol de um ventre reprodutor.

É assim que se coloca a heterossexualidade como essência do humano, resultado, porém, de uma construção imaginária social e datada, feita de normas, imagens, representações e interpretações de mundo como expressões de verdades últimas sobre o ser. Em culturas laicas, o “crescei e multiplicai-vos” deveria permanecer no domínio das narrativas fantasiosas, porém o patriarcado e sua força constitutiva nas formações não permitiriam que isso ocorresse.

Aliás, as narrativas religiosas, das origens e das tradições, são o solo de formação do patriarcado, instalando no imaginário e nas relações sociais o discurso da natureza, da ordem divina, da importância e da redominância do macho, feito, dizem, “à imagem e semelhança”.

Se o discurso é ação, como explicita Foucault (1971), o discurso patriarcal é performativo, isto é, cria o fundamento sobre o qual se apoia. Ao se instituir, cria igualmente as tradições que o sustentam. “Sempre foi assim” é o ápice da reiteração de relações de poder, afirmação feita de ignorância e presunção.

Um princípio básico da história é que tudo é histórico, uma historicidade incontornável que fomenta o singular, o irreduzível, em cada

formação social, no tempo e espaço de sua existência. Quem pode afirmar que, ao longo dos milênios de sociedades humanas, a hierarquia, a importância do masculino sobre o feminino, sempre existiu? Quem pode mesmo afirmar que essa divisão sempre existiu, que sempre existiram mulheres e homens tal como apreendemos em relação à categorização dos seres? Quem pode afirmar, sem invocar o discurso da natureza, que, nas sociedades onde o divino se representava no feminino, existiam as mesmas hierarquias que atualmente? Por que os sacerdotes de Cybele se castravam, senão para remodelar seu sexo? Celtas, Pictos, Etruscos, Inuits, Iroqueses e Maoris, povos cujas relações sociais diferiam muito da hierarquia binária entre sexos e dos quais não há indicação de que o sexo e a sexualidade eram determinantes. Esses são apenas alguns poucos exemplos.

As sociedades atuais negam aquilo que desconhecem e não avançam em hipóteses que possam perturbar a ordem do mundo, a “divina intervenção” que cria a desigualdade, a injustiça, a exploração e a apropriação de uma porção do humano sobre a outra. O discurso de verdade, seja religioso, seja científico, institui e reproduz a ordem patriarcal, como bem ponderam Wittig (1980) e Rubin (1975), e, nele, a heterossexualidade e a predominância do masculino são consideradas universais, ou seja, a-históricas.

Seja em Freud, seja em Lévi-Strauss, a dominação masculina e a valorização do pênis são tomadas como um já-dado do humano. A história e a antropologia não cessam de reiterar essas interpretações como universais incontestáveis, e mesmo textos feministas não conseguem se desfazer desses preconceitos, não conseguem, afinal, radicalizar a ideia de que não existe uma natureza humana determinante de papéis e hierarquias sociais.

Ao apontar a heterossexualidade compulsória como uma instituição política e como o resultado de forças sociais, Rich inaugura espaços de investigação, abre horizontes anteriormente bloqueados por obtusas certezas e verdades definitivas oriundas do desejo de poder, de estabelecer uma hierarquia deletéria e perversa, pois, ao se basear na natureza e na reprodução como seu fundamento, louva e denigre, ao mesmo tempo, a função procriadora na desvalorização das mulheres e na elegia à maternidade.

Para o sistema social humano, a menos que se permaneça no domínio da crença religiosa ou de uma néscia concepção científica de essência e natureza, tudo é histórico e datado. Cada sociedade cria seus sistemas representacionais e suas redes de sociabilidade e nada nos permite pensar em um fundamento “natural” da heterossexualidade, já que *nem todas as mulheres precisam procriar* para que a espécie sobreviva.

Aliás, acredito que é a exacerbação da apropriação social das mulheres que origina um crescimento exponencial da população. Essa técnica tem servido para impor e manter a inferiorização social das mulheres, com a preferência do sexo masculino entre os nascituros. Não é nenhum segredo hoje que em diversos países árabes e orientais, como China e Índia, são descartados fetos femininos e eliminadas as meninas em suas políticas populacionais ou em seus escaninhos representacionais. Na medida em que faltam mulheres no equilíbrio populacional, elas passam a ser ainda mais destituídas de sua humanidade e comercializadas como ventres e sexos, em casamentos forçados.

É preciso nomear o que usualmente fica no domínio do não dito: é na materialidade das relações sociais que se institui o masculino, construindo-se a classe dos homens, sua *fraternitas* (PATEMAN, 1988) consolidadora de autoridade e poder em torno do sexo biológico. É na realidade do imaginário social que se instituem a heterossexualidade compulsória e seu corolário de poderes naturalizados. Mas esses são desdobramentos do fundamental, explicitado por Rich: a heterossexualidade como instituição política, como sistema de dominação e construção de valores diferenciados ao se representar mulheres e homens.

A outra categoria explicitada por Adrienne Rich é o *continuum lesbiano*, que de certa forma é uma categoria invisibilizada pela heterossexualidade compulsória. É assim que a autora define *continuum lesbiano*, ou seja, toda a gama de experiências do ser mulher e das relações afetivas mantidas entre as mulheres, sem que isso signifique necessariamente relações sexuais, o que caracterizaria, no senso comum, relações lesbianas.

As relações de amizade, de companheirismo, de partilha e de comunhão de interesses e ações têm sido sistematicamente apagadas da história, assim como o lesbianismo, pois, de fato, quebram a hegemonia das relações hierárquicas na heterossexualidade. Interessa ao patriarcado, enquanto sistema de dominação das mulheres pelos homens, que não se achem outras possibilidades, outros caminhos do ser instituído em feminino, que não sejam jungidos ao guante masculino.

Faz parte da construção dos saberes e das estratégias de implantação da heterossexualidade compulsória a extinção da memória e dos traços das atividades das mulheres, em conjunto ou individualmente, como assinala Rich. É assim que no imaginário atual, seja no ocidente, seja no oriente, as religiões e as práticas institucionais e científicas relegam as mulheres a um plano inferior, tanto do ponto de vista intelectual quanto da ação política. Uma vez controlados os processos de construção do saber e o acesso a eles, é muito fácil negar a existência da criatividade e da presença incontornável das mulheres na história.

Desvelar a existência de sociedades onde as mulheres detinham prestígio e poder, onde as mulheres mantinham relações afetivas entre elas, é um crime de lesa-majestade! E falar de sociedades onde talvez sequer existisse a divisão sexuada binária e hierarquizada para alguns, beira a insanidade. Quanto poder masculino se esconde nas dobras das narrativas históricas! Interpretações adquirem foros de verdade e os costumes e arranjos sociais, nas ciências sociais e humanas, são explicitados segundo quadros fixos de representações e imagens sociais, mantendo para a descrição societária a natureza imutável das relações patriarcais.

O *continuum* lésbiano de Adrienne Rich vai muito além do horizonte epistemológico habitual, da sediciosa utilização de palavras desconstruindo seus significados habituais! O *continuum* nos apresenta uma longa tradição de união, o que é totalmente contrário aos paradigmas sobre as mulheres, que seriam rivais e, logo, concorrentes ferozes. O *continuum* nos fala de amizade e de relações passionais, afetivas e/ ou eróticas; o *continuum* acende o medo patriarcal, uma vez que desvenda os segredos ocultos pelos saberes oficiais e mostra seres não submissos à dependência masculina.

Esse é o significado mais evidente para mim do *continuum* lésbiano: as relações sociais nem sempre foram patriarcais, nem sempre foram exclusivamente heterossexuais. Sob o discurso do mítico, da antiguidade, do “primitivo” e do pré-histórico, são desvalorizados e ocultos os sistemas políticos e sociais que não corroboram a ideia de uma inflexível “natureza humana”, a qual supõe a existência de corpos sexuados instituídos em masculino e feminino, com a predominância do primeiro.

A junção de “lésbiano” a “*continuum*” traz mais uma destruição de evidências patriarcais: por que haveria amor/ amizade/ paixão/ afetos entre mulheres apenas em tempos mais recentes? O que se pode argumentar é que hoje, esfarrapados os discursos mestres da ciência, torna-se mais visível a pluralidade das relações humanas. Em relação ao passado, elas apenas estavam ocultas. As relações sociais centradas na reprodução e no controle / apropriação das mulheres apagam o múltiplo do humano em favor da univocidade do poder e domínio que são constitutivos da heterossexualidade compulsória, da heterossexualidade política que engendra a dominação e a violência contra as mulheres.

Referências

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender, essays on theory, film and fiction*, Bloomington: Indiana University Press, 1987.

INGRAHAM, Chrys. The heterosexual imaginary: feminist sociology and theories of gender. In: SEIDMAN, Steven (Dir.). *Queer theory/sociology*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité I, la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

PATEMAN, Carole. *The sexual contracts*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PASTRE, Geneviève. *Athena ou le péril saphique*. Octaviennes: Paris, 1987.

Rich, Adrienne. 1981, La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne, *Nouvelles Questions Féministes*, Ed. Tierce, mars , n^o1, p.15-43

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. *Toward an anthropology of women*. New York; London: Monthly Review Press, 1975.

WITTIG, Monique. La pensée straight. *Questions Féministes*, Paris, n. 7, fev. 1980.

